



DECRETO Nº 89 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre a convocação da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Várzea Grande e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de promover ampla discussão e deliberação acerca das diretrizes e prioridades da política municipal de saúde para os próximos anos;

CONSIDERANDO que o Poder Público tem o dever de assegurar a participação social na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, que aprovou a realização da 9ª Conferência Municipal de Saúde e seu respectivo Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que prevê a realização periódica das conferências de saúde nos três níveis de governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Várzea Grande, a realizar-se no dia 30 de outubro de 2025, sob a promoção e coordenação conjunta do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A 9ª Conferência Municipal de Saúde terá como finalidade avaliar a situação de saúde do Município e propor diretrizes para a formulação da política

www.varzeagrande.mt.gov.br

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700





municipal de saúde, em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde – SUS e as deliberações do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 3º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Joilson Ruas do Nascimento, e, em sua ausência, pelo Coordenador da Conferência, Sr. Hozano José Delgado.

Art. 4º O Regimento Interno e a Comissão Organizadora da 9ª Conferência Municipal de Saúde foram aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e homologados pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 5º As despesas com a organização e realização da 9ª Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Saúde, observadas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande - MT, 22 de outubro de 2025.


FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

www.varzeagrande.mt.gov.br

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700



Outros Serviços de Terceiros – PJ	4.4.90.39	017540000000	50.000,00
Obras e Instalações	4.4.90.51	017540000000	115.800.000,00
Material e Equipamentos permanentes	4.4.90.52	017540000000	50.000,00
Total			116.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande-MT, 21 de outubro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N° 89 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre a convocação da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Várzea Grande e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de promover ampla discussão e deliberação acerca das diretrizes e prioridades da política municipal de saúde para os próximos anos;

CONSIDERANDO que o Poder Público tem o dever de assegurar a participação social na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, que aprovou a realização da 9ª Conferência Municipal de Saúde e seu respectivo Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que prevê a realização periódica das conferências de saúde nos três níveis de governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Várzea Grande, a realizar-se no dia 30 de outubro de 2025, sob a promoção e coordenação conjunta do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A 9ª Conferência Municipal de Saúde terá como finalidade avaliar a situação de saúde do Município e propor diretrizes para a formulação da política municipal de saúde, em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde – SUS e as deliberações do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 3º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Jilson Ruas do Nascimento, e, em sua ausência, pelo Coordenador da Conferência, Sr. Hozano José Delgado.

Art. 4º O Regimento Interno e a Comissão Organizadora da 9ª Conferência Municipal de Saúde foram aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e homologados pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 5º As despesas com a organização e realização da 9ª Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Saúde, observadas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande - MT, 22 de outubro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

Replicado por ter saído com incorreção no texto publicado no Diário Oficial Ano I, nº 360, de segunda-feira, 13 de outubro de 2025.

E o texto é republicado na íntegra, já corrigido, com o mesmo número e data do Decreto original.

DECRETO N° 83 DE 10 OUTUBRO 2025.

Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do último quadrimestre de 2025, a inscrição e baixa de restos a pagar, e ainda o levantamento do Balanço Geral do município, além do exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do art. 69, inciso VI;

CONSIDERANDO os ordenamentos estabelecidos na Lei Orgânica do Município, as disposições da legislação orçamentária e financeira contidas na Lei nº 4.320/1964, e as normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro de 2025 e o consequente

levantamento do Balanço Geral da Prefeitura serão efetuados mediante a utilização do sistema informatizado SIAFICMT, onde deverão dispor de todas as providências necessárias a fim de atender o proposto de forma ordenada e concomitante ao cumprimento dos prazos legais;

CONSIDERANDO que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2025, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2025, e a Matriz de Saldos Contábeis, referente mês de dezembro de 2025, devem ser publicados até o dia 31 de janeiro de 2026, em cumprimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que os procedimentos pertinentes a tais providências devem ser cumpridos de maneira uniforme e rigorosamente de acordo com os prazos fixados.

DECRETA:

CAPÍTULO I

ÓRGÃOS E ENTIDADES ABRANGIDOS

Art. 1º Os órgãos do Poder Executivo Municipal, as entidades autárquicas, as fundações e os fundos municipais regerão suas atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais de encerramento do exercício em curso em conformidade com as normas da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal e as fixadas neste Decreto.

CAPÍTULO II

ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Emissão de notas de empenho

Art. 2º O prazo para a emissão de nota de empenho, e de seus respectivos reforços, e a liberação da cota orçamentária à conta das dotações orçamentárias do presente exercício, encerrar-se-á em 03 de novembro de 2025, ressalvados os casos abaixo:

I - em casos excepcionais devidamente justificados pelos Ordenadores de Despesas e expressamente autorizados pela Prefeita Municipal;

II - quando se tratar de despesas com pessoal, encargos sociais ou amortização e encargos da dívida pública interna;

III - despesas com água, luz, telefone, duodécimo do Poder Legislativo, sentenças judiciais, e outras despesas inerentes ao funcionamento e manutenção das atividades essenciais da administração pública tais como: infraestrutura, estradas e ações de serviços de saúde, educação e assistência social; e

IV - despesas oriundas de recursos provenientes de programas, convênios, bem como dos fundos municipais.

Art. 3º As notas de empenhos a serem emitidas nos casos relacionados no artigo anterior, devem constar de previsão de recursos financeiros suficientes para suportar o seu pagamento, senão, mediante disponibilidades que passarão para o exercício financeiro de 2026, conforme previsão do art. 42 da Lei nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único: O ordenador das despesas deverá acompanhar as previsões de fluxo de caixa conforme trata o caput, sujeitando-se as penalidades previstas na Lei nº 10.028/2000.

Seção II

Anulação dos empenhos e dos saldos dos empenhos globais e estimativos não realizados

Art. 4º Os Secretários responsáveis pelo ordenamento dos empenhos (ordinário, estimativo e global) relativos a materiais não entregues, serviços não prestados, inclusive, quando observado inexistir disponibilidade financeira, até 14 de novembro de 2025 deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento, as devidas autorizações para anulação dos empenhos até 19 de novembro de 2025.

Art. 5º Poderão ser mantidos, obedecendo ao princípio da competência, quando se comprove a disponibilidade financeira para o exercício financeiro de 2026, conforme art. 42 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal os empenhos relativos a:

I - transferências estabelecidas em Lei para entidades filantrópicas ou particulares;

II - materiais e equipamentos que estão em processo de liquidação ou que tenha sido emitida ordem de fornecimento;

III - obras e/ou serviços de engenharia em andamento;

IV - compromissos decorrentes de contratos e convênios inclusive os relativos à serviços de utilidade pública;

V - despesas de pessoal/encargos já ocorridas e devidamente especificadas; e

VI - despesas de caráter continuado (água, luz, telefone, aluguéis e outras despesas obrigatórias inerentes ao funcionamento e manutenção das atividades essenciais da administração pública).

Seção III

Pagamento

Art. 6º Os processos para liquidação e pagamento das despesas ocorridas no corrente exercício, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária até o dia 26 de novembro de 2025, encerrando-se em 05 de dezembro de 2025 data para pagamento, ressalvados os casos:

I - em casos excepcionais devidamente justificados pelos Ordenadores de Despesas e expressamente autorizados pela Prefeita Municipal;

II - quando se tratar de despesas com pessoal, encargos sociais ou amortização de dívida pública interna; e